Geo-história dos saberes

Larissa Alves de Lira[1]

Resumo: *O objetivo deste artigo é apresentar alguns dos princípios teóricos do método geo-história dos saberes utilizado em nossa tese de doutorado. A tese buscou compreender o novo impulso tomado pela Geografia brasileira a partir da liderança do geógrafo francês Pierre Monbeig quando de sua vinda ao Brasil, em 1936, para ocupar a cátedra de Geografia da recém fundada Universidade de São Paulo. Desenvolvemos uma perspectiva de compreensão da construção do conhecimento geográfico sob o prisma de sua situação particular no espaço geográfico mundial, no caso, sua situação particular no Brasil. Tratou-se de uma metodologia que privilegiou um cruzamento entre a história intelectual e a história espacial, inspirada nas reflexões do historiador Fernand Braudel e incorporando alguns pressupostos de um raciocínio em linha com a virada espacial (spacial turn), de Edward Soja.*

Palavras-chave: *geografia; longa duração; mentalidades; história da ciência; tempo geográfico.*

Geo-history of knowledge

Abstract: *The aim of this article is to systematize in theoretical terms the method geo-history of knowledge used in our doctoral thesis. The thesis aimed to understand the new impulse taken by Brazilian Geography from the leadership of the French geographer Pierre Monbeig when he came to Brazil in 1936 to occupy the chair of Geography of the newly founded University of São Paulo. We developed a perspective of understanding the construction of geographic knowledge under the focus on its particular situation in the global geographic space, in this case, its particular situation in Brazil. It is a methodology that favors a cross between the intellectual history and the spatial history, inspired by the reflections of the historian Fernand Braudel and incorporating the intuitions of Edward Soja, in line with the spatial turn.*

Keywords: *geography; long-term; mentalities; history of Science; geographical time.*

Introdução

Desde 1980, encetou-se uma virada epistemológica importante na Geografia, com a emergência e consolidação da corrente "crítica". A partir desse momento, o campo específico da História da Geografia foi marcado por trabalhos com vieses memorialistas ou ensaístas, como o de Aroldo de Azevedo (1976) e Carlos Augusto Figueiredo Monteiro (1980). Apesar da falta de especificidade metodológica, essas obras trazem importantes contribuições para nossa reflexão, principalmente

[1] Pós doutoranda pelo Departamento de Geografia – USP, e-mail: lara.lira@gmail.com

porque possibilita a compreensão dos anacronismos inerentes em pensar uma história da Geografia Humana distante da história da Geografia Física.

Paralelamente, tais contribuições abriram espaço para revisões mais gerais da disciplina, tais como as feitas por Milton Santos (2002 [1978]) e Antonio Carlos Robert de Moraes (2015 [1981]). Por mais brilhantes que tenham sido essas intervenções, não foram feitas sem reducionismos no âmbito da História da Geografia, principalmente no tocante à aplicação do método histórico. Milton Santos consolidou o termo "geografia tradicional" e Antonio Carlos Robert de Moraes a ideia de que a geografia regional francesa era uma geografia positivista, o que foi contestado por Vincent Berdoulay (1981).

Percebendo tal lacuna, a geração da década de 1990 e 2000, assumiu o desafio de desenvolver histórias da geografia que pudessem apresentar originalidades históricas com rigor metodológico e com franco diálogo com a história social das ciências. Estavam associados a este movimento os professores – então estudantes – Manoel Fernandes de Sousa Neto (2012, [2004]) Sérgio Nunes Pereira (2004), Perla Zuzman (1996), Rita de Cassia Martins de Souza (2000), entre outros. Foram esses autores que levaram a cabo a edição da Revista Terra Brasilis, a primeira revista no mundo especializada em história da geografia, tendo publicado sua primeira série entre 2000 e 2007 e que hoje é publicada com a designação de "nova série". As possibilidades que esses trabalhos anunciam são promissoras.

Houve uma importante recuperação do papel das fontes primárias e do seu modo de tratamento e internalizaram-se outros debates da História. Aos pesquisadores em História da Geografia, abriu-se a possibilidade de se situarem em torno de tendências com princípios mais claros no âmbito da história da ciência: uma arqueologia do saber, uma história das ideias, uma abordagem latouriana, uma história intelectual, entre outras. A abordagem mais recorrente constituía-se em uma história *social* das ciências. Sem embargo, a história "acontecimental" da geografia era ainda um livro com muitas páginas em branco em 1990. A linha cronológica foi perpassada em torno dos grandes temas e datas: geografia escolar, geografia dos militares, sociedades de geografia, instituto histórico e geográfico, etc. E ainda há muito o que se fazer como continuidade a esses estudos. Situado no campo da história da geografia, nosso trabalho pretendeu colocar-se em continuidade a essa última geração, procurando, porém, apresentar inovações possíveis. Uma das possibilidades manifestava-se pela possibilidade de incorporar um raciocínio propriamente espacial no campo da reflexão histórica das ideias.

A experiência de leituras da obra do historiador Fernand Braudel sobre a geo-história, os espaços e a longa duração, inclinou-nos a uma geo-história e a obra de David Livingstone, *Putting Science in its place* (2004), inaugurou um campo de reflexão sobre a ciência liderado pela Geografia. Uma geografia da ciência passava a legitimar o confronto das ideais com o espaço em que se desenvolviam. A partir desse debate, um questionamento tomou conta de alguns geógrafos interessados na evolução das ciências: não caberia aos geógrafos tirar pelo menos um dos pés do campo da história e colocá-lo em domínios mais seguros? Por fim, esse movimento não contribuiria com uma revisão historiográfica que poderia beneficiar os historiadores com um olhar geográfico mais específico?

A opção por desenvolver uma geo-história dos saberes foi vista incialmente com alguma desconfiança. Marc Bloch, Fernand Braudel e Lucien Febvre entendiam a história das mentalidades como uma dimensão da história das civilizações. A compreensão de um agrupamento *corporativo* como é um agrupamento de intelectuais, não assimilou o movimento lento das grandes tendências. Na epistemologia contemporânea das Ciências Sociais francesas, o meio, as sociedades e os impérios estavam no escopo da geo-história, as corporações, os grupos, o campo, estavam sob a luz de uma sociologia bourdiesiana.

Assim, para desenvolver uma geo-história dos saberes foram necessárias inflexões que rearticulavam visões de fundo. Em qualquer ordem, tratou-se, como causa ou como consequência dessas reformulações, de diluir as fronteiras corporativas das disciplinas, entendê-las como saberes, como dimensões menos fechadas à história social, econômica, política e das civilizações; depois, foi preciso entender as mesmas disciplinas como superficiais sob uma camada de movimentos também lentos de ideias que se desenvolviam no plano de mentalidades como um todo. Ao fim e ao cabo, entender a formação dessas ideias como condicionadas por espaços, ou por um "tempo geográfico", como Braudel resumiu ser a formulação que dava direito de entrada à Geografia na nova História. Em que resultaram essas reflexões? Como a geo-história dos saberes pôde ser concebida?

A geo-história dos saberes e a institucionalização da geografia brasileira

O período de institucionalização da geografia brasileira sob liderança do jovem geógrafo francês Pierre Monbeig teve suas raízes no seu processo de formação na Sorbonne. Seus anos de formação, os anos em que viveu no Brasil, até os anos em que publicou suas principais

contribuições sobre o país, entre 1925 e 1957, demarcaram o período em que se deu o processo de institucionalização da geografia brasileira (a entrada da geografia nas universidades) sob sua liderança, visto como um percurso ao mesmo tempo material e intelectual. O recuo a seus anos de formação foi fundamental para entender as estratégias adotadas no processo de institucionalização da geografia brasileira na Universidade paulista, a Universidade de São Paulo, cátedra que ele ocupou a partir de 1936.

Como anunciado, o método empregado partiu de uma fusão da geo-história (em sentido amplo, ou seja, da economia e das civilizações) de inspiração braudeliana (relativa às contribuições do historiador Fernand Braudel), da história intelectual e da história social das ideias, conformando o que chamamos de geo-história dos saberes. Essa orientação metodológica tinha como pressuposto que uma camada profunda de ideias era subjacente e dinamizava as camadas superficiais, contribuindo com a definição das ideias científicas. Por um lado, a geo-história teve como eixos de análise as esferas das lentidões, da circulação e das rupturas, sendo então o método mobilizado para apreender uma trajetória que era *atingida*, no escopo de uma disciplina, por movimentos profundos, de ideais partilhadas por um amplo conjunto de ciências. Por outro lado, há conjunturas que eclipsaram as longas tendências na primeira metade do século XX e que ajudavam a transformar os movimentos de longa duração. Tais movimentos foram caracterizados como *a erosão dos valores literários*, que dominaram as ciências francesas em fins do século XIX (LEPENIES, 1996); *a tentação à ação e ao engajamento* (ROBIC, 1996), numa forma tendencial que caminhava para uma crescente aplicação das ciências; e uma progressiva *explicitação dos métodos científicos,* minando uma tradicional invisibilidade do paradigma da geografia regional (ROBIC, 2006). Ademais, em face da conjuntura e dos determinismos específicos do Brasil, da formação do Estado nacional, da crise das oligarquias e do avanço do capitalismo, as respostas às tensões emergidas dos movimentos profundos, de uma ciência em contexto de recuperação de suas heranças, mas também de deslocamento, foram singulares, e as transformações que a geografia de Pierre Monbeig vai sofrer nesse espaço são institucionais, teóricas e temporalmente específicas, além de espacialmente situadas.

Dessa maneira, Monbeig elaborou raciocínios que, sem negar as heranças e as tensões latentes, entre as resistências da longa duração e as transformações conjunturais, estavam permeados por resultados em torno da compreensão dos processos geográficos da modernização no Brasil, da lógica espacial do desenvolvimento dos territórios em processo de colonização e em torno de uma teoria geo-histórica adaptada às condições do capitalismo brasileiro, com base em raciocínios

sistêmicos. As conclusões de Pierre Monbeig sobre o Brasil refletiam a situação do processo de construção do conhecimento em território brasileiro, um território em plena marcha de desenvolvimento: um espaço em que a evolução de longa duração da geografia francesa, com seu apego aos valores literários e relativo distanciamento das tendências aplicadas, sofria forte tensão.

Uma precisão conceitual se faz aqui necessária. Existiu em nosso trabalho uma dualidade em torno da geo-história que foi entendida como um método e como um objeto. Um método que diz respeito às nossas próprias opções teóricas e um objeto porque acreditamos que a sucessão de estudos levados a cabo por Pierre Monbeig está em uma linha de continuidade das reflexões de Vidal de la Blache sobre a relação entre a relação entre o espaço e o tempo. Como método, estamos mais próximos de uma geo-história braudeliana, que considera temporalidades e determinações espaciais, incluindo as do meio físico. Como objeto, a geo-história de Monbeig não descarta a importância do meio natural na configuração do território e da sociedade, mas suas conclusões estão mais associadas a uma combinação indissociável do espaço com o tempo, e a ação do meio natural age mais como forma resistente do que como determinante.

Ao contrário de uma visão que procura deslocar Pierre Monbeig das heranças da geografia regional, concluímos que o ingresso potencial do Brasil nas tramas da geografia francesa tinha um grande potencial de *acelerar* um descolamento do paradigma vidaliano rumo a uma geografia da ação, que apareceu nos seus primórdios nos escritos colonialistas de Marcel Dubois. A ideia de fundo era que o paradigma da geografia colonial, mais voltado para a ação e para o planejamento (CLERC, 2017), apareceu em diferentes tempos e espaços, dividindo, confrontando, ou cruzando seus elementos com os da geografia regional. No Brasil, um país continental a ser ocupado, existia a *possibilidade* de acelerar o processo de afloramento precoce de uma geografia aplicada.

A ideia de “possibilidade” não estava deslocada das reflexões teóricas da história. Lucien Febvre, no livro escrito em conjunto com Albert Demangeon, O Reno (2000 [1935]) qualifica o entendimento da ideia de “possibilidade” (se compararmos ao que foi anunciado em *La Terre et la Évolution Humaine* (1954 [1922]) como um campo de forças com que lidam os personagens em diferentes situações simultâneas, sempre condicionados por estruturas. O fato de optarem por alguns caminhos e não por outros permite situá-los frente a esta estrutura e permite também ao historiador a capacidade de testar hipóteses. O próprio Febvre aplica esse raciocínio para o caso de Rabelais (1970 [1942]). No século XVI, Rabelais não poderia ser ateu pois isso estaria para além

das estruturas mentais da época. Braudel também incorpora esse raciocínio, ao emitir a opinião de que Felipe II, o "rei papeleiro" não compreendera o peso do espaço mediterrâneo no século XVI, ao supor que poderia controlar seu império pela burocracia e pelo correio (1983 [1949]). Ao contrário do pai, Carlos V, um rei viajante, Felipe II fixou-se em Madrid e contribuiu para o esfacelamento do Império onde o Sol nunca se punha.

Partindo do que se anunciava no Brasil enquanto possibilidade para construção do conhecimento geográfico mais voltado para a aplicação das ciências, de um contexto de ideias que circulavam em um país continental em desenvolvimento, Pierre Monbeig não foi, porém, o artífice de um deslocamento total de uma geografia literária para uma geografia aplicada, pois ele se mostrou seduzido pelos nós essenciais da reprodução do paradigma vidaliano nos países de colonização recente, em termos de valores literários, de reposição do determinismo geográfico, de tentação ao distanciamento de uma geografia aplicada e uma relativa invisibilidade metodológica, até a produção de sua tese, em 1952. Assim, apesar das tensões sofridas pelas tendências de longa duração em território brasileiro, havia também várias possibilidades de escolha. Porém, ainda que ele tenha se mantido afeito aos princípios metodológicos de Vidal de la Blache, as transformações rumo a uma geografia aplicada foram mais marcantes do que se anunciava na própria França (DANTAS, 2005). Pierre Monbeig não levou às últimas consequências o deslocamento do paradigma da geografia regional em direção à uma geografia aplicada, que já havia se anunciado na geografia colonial francesa, e que se anunciava contemporaneamente no contexto americano. Isso teria se dado se tivesse colocado o homem no centro dos processos geográficos, eliminado o determinismo natural, contribuído para a compreensão das generalidades das paisagens globais, pendido a uma geografia aplicada, com pleno domínio técnico e metodológico. No entanto, ele desenvolveu no Brasil uma *teoria vidaliana da colonização*, atenta aos processos de adaptação do homem ao meio, *mesmo* em contexto de avanço territorial, adotando uma atitude de descrever minuciosamente as paisagens entendidas como patrimônio da nação e diluindo suas principais originalidades teóricas (que aparecem sobretudo em raciocínios implícitos) em um *discurso* que tinha como pano de fundo a reafirmação de suas heranças (que aparece sobretudo em raciocínios explícitos). Mas ele também voltou sua geografia às tarefas de desenvolvimento do território continental, refletindo o conjunto de tensões a que estava submetida a construção do conhecimento em território brasileiro.

Com efeito, o movimento das ideias se mostrou mais complexo do que a simples substituição de um paradigma por outro. A Geografia Brasileira encontrou um discurso simbólico de fundação

enquanto esteve sob a liderança de Monbeig: uma geo-história do Brasil. Pierre Monbeig procurou dar contribuições em continuidade ao acúmulo teórico da geografia francesa mas, ao se aprofundar no estudo do Brasil, elaborou métodos específicos e uma teoria relevante para o estudo de países novos em processo de conquista territorial, o que o distanciava parcialmente do acúmulo teórico da geografia vidaliana construído até aquele momento: ele acabou por esclarecer uma dinâmica geográfica cíclica, aberta e em desequilíbrio estrutural (e sistêmica) do processo de avanço do capitalismo em território vazio. Essa estrutura de expansão em desequilíbrio, era condicionada pelo gênero de vida tropical, pelo vazio, pela abertura de fronteiras e pela "mentalidade bandeirante" (ou o modo como as elites locais disfarçavam seus interesses antinacionais). Foi a geografia de Vidal de la Blache e seus discípulos, notadamente Albert Demangeon, que levou Pierre Monbeig à geo-história. Mas foi também o processo de modernização do capitalismo brasileiro que levou Pierre Monbeig a completar essa geo-história com raciocínios sistêmicos, o que se mostrou como uma originalidade desse geógrafo. Tais resultados foram fruto da tensão constante entre os valores literários e os valores aplicados, tensão esta que o espaço brasileiro induzia, mas sem que os valores aplicados pudessem substituir os valores literários, pois a tradição geográfica a que se vinculava também exercia forte resistência sobre ele.

Será necessário ressaltar que tais contribuições epistemológicas, se não se anunciaram como uma ruptura às heranças da vertente da geografia francesa que Monbeig adotou, constituíram para as ciências humanas uma fortuna crítica da Geografia desenvolvida no Brasil pouco reconhecida nos debates historiográficos. Boa parte da historiografia do pensamento social brasileiro incorpora um raciocínio geográfico e sistêmico para pensar a condição de dependência do Brasil em relação aos jogos do mercado mundial (PRADO JR, 1989, FERNANDES, 1968, NOVAIS, 1981, ALENCASTRO, 2000). Portanto, Pierre Monbeig foi um ator chave na constituição do pensamento social brasileiro. No plano do desenvolvimento da trajetória intelectual, recorremos a uma ampla revisão das fontes primárias para demonstrar como Pierre Monbeig atuou como um formulador teórico e um organizador do campo geográfico brasileiro, um intelectual com posturas políticas progressistas, atuando através do departamento de geografia, da Associação dos Geógrafos Brasileiros, da imprensa e que foi sensível à condição *territorialista* (ARRIGHI, 2007) do contexto brasileiro.

O conceito de "territoralismo" foi desenvolvido pelo sociólogo braudeliano Giovanni Arrighi, que incorporou reflexões marxistas. Segundo Arrighi, o sistema capitalista norte-americano teve que

desenvolver técnicas "territorialistas" de expansão tipicamente chinesa e orientais para recuperar o seu atraso frente ao avançado império chinês (ARRIGHI, 2007). Essa situação marca o nascimento do sistema contemporâneo capitalista mundial. O Brasil seria um país onde se desenvolve uma das situações de fusão entre o "territorialismo" e o capitalismo. No Oriente, o "territorialismo" foi marcado pela submissão das forças econômicas às forças políticas. Nos Estados Unidos, o capitalismo é que subjuga as forças territorialistas e, no Brasil, nenhuma via de desenvolvimento sai plenamente vencedora, pela forte polarização equilibrada entre o Estado Novo (entendido aqui como um estado territorialsita) e as elites regionais.

Assim, acreditamos que a reformulação das longas tendências das mentalidades científicas com vistas a impulsionar uma geografia brasileira sob a liderança de um geógrafo francês, quais sejam, a *erosão dos valores literários, a tentação à ação ou a aplicação das ciências no planejamento e uma maior consciência metodológica*, estiveram sujeitas aos determinismos específicos do Brasil. Isso conformou uma experiência em parte capitalista em parte "territorialista", em que a intelectualidade tinha um papel dirigente, o Estado nacional, em formação, tinha um projeto planificador de escala continental, as ciências tendiam a ser aplicadas, o presente tendia a ter mais importância do que o passado, as forças econômicas eram sobrepujantes em relação à experiência cultural, o Brasil era visto como um país tropical, anexo, ligado à lógica de uma vinculação direta e brutal com a economia global; as elites, via de regra, tinham uma consciência gregária regionalista e exploratória, visavam capturar o Estado aos seus desígnios, as "mentalidades bandeirantes" atuavam como renovação das esperanças mas não passavam de ilusão, os acordos políticos eram no geral na camada superior, tendendo a elite ora a cooptar os intelectuais e associá-los a seus projetos, ora a agir como grupos ilustrados que incorporavam as demandas do povo. A camada de mentalidades, frente aos grandes projetos territoriais, na maior parte dos casos, atuava sob uma ordem autoritária, em que o efeito da democracia tinha evolução lenta, pouco adaptada aos movimentos rápidos dos órgãos executivos e de planejamento de um projeto territorial, sistemático, persistente e dirigido. Uma ciência que nascera na França sob o efeito de uma mentalidade organicista (BLANCKAERT, 2004), ou seja, cujo "organicismo" se desenvolve em evolução "lenta e harmônica", desloca-se para um espaço em que o território deve ser planejado sob o impacto da urgência do desenvolvimento coordenado por um jogo de forças entre uma elite regional e um Estado forte.

Como se pode observar, essa dinâmica tem efeitos maiores sobre a conformação política e das ideias. O novo impulsionamento da geografia brasileira em contexto de avanço do capitalismo, de

relativo atraso civilizacional na reunião das condições endógenas da reprodução autônoma desse regime de produção, sofreu influência significativa do espaço em que se difundia o capital, a organização burocrática - e estatística do Estado nacional em formação - e das ciências como um todo. A geografia que se funda no Brasil sob o efeito da recuperação das heranças francesas e da constituição do sistema capitalista é sensível à lógica reflexiva do espaço que *ela funda*, o espaço brasileiro, e que a ela *funda*, a geografia brasileira. O espaço brasileiro tinha o potencial de conduzir a teoria geográfica de Monbeig a um viés aplicado mais rapidamente do que teria ocorrido na França, que passa pelo processo de reconstrução territorial dirigido majoritariamente após a segunda guerra mundial (ARRAULT, 2007). Pelo processo de modernização que o território vivenciava, seja pela força do Estado, seja pela força das elites, as ciências *podiam* tornar-se mais aplicadas. Contudo, Pierre Monbeig manteve-se fiel aos princípios geográficos atinentes aos espaços resistentes à modernização, ao que era também uma condição de um país em vias de desenvolvimento e esteve sob constante tensão entre os valores literários e os valores aplicados, mesmo reivindicando explicitamente a geografia de Vidal de la Blache, uma geografia de viés literário.

Nesse sentido, situando nossas contribuições no interior de uma reflexão que incorpora a virada espacial [*spacial turn*] através da geo-história, ou, com a adoção de perspectivas teóricas que integram *uma dose* de determinação do espaço para o campo da constituição dos saberes, nosso trabalho procurou explicar as raízes geográficas e os efeitos discursivos sobre o território, do impulsionamento da geografia brasileira liderada por um geógrafo francês sensível a tais temporalidades. Compreendida essa operação, como caracterizar a geo-história em termos teóricos?

O que se tornou uma geo-história dos saberes

Em primeiro lugar, a partir dessa geo-história dita dos saberes, seria importante se perguntar não apenas que “discurso geográfico” emergiu das instituições científicas, mas também que geografia é essa que conformou essas instituições e esse discurso. No caso do nosso trabalho, em se tratando de instituições que produziram uma geografia científica, isso envolve enorme dose de reflexividade (BOURDIEU, 2001). Em segundo lugar, parece-nos que uma geo-história dos saberes se cerca de um potencial de análise geográfica para outras instituições científicas ou estatais, ou

que envolvam mentalidades: o exército, as escolas, o congresso, as assembleias e mesmo as revoluções intelectuais e políticas. Tudo isso deve ter, no Brasil, uma forte dose de impregnação territorialista. Também equivaleria a rever os benefícios da geo-história para a própria geografia.

Depois, para contribuir ainda com uma reflexão normativa e necessariamente generalista, seria preciso pensar que a geo-história não é apenas uma duração longa, ela é também um tempo geográfico, um tempo de longa duração produzido por uma determinação espacial e uma intersecção entre outros tempos, ou seja, conjunturas (sociais e econômicas), e acontecimentos (normalmente políticos) que avançam, recuam, e redirecionam, muitas vezes até em sinal contrário, o tempo dessa estrutura. Portanto, a geo-história deve ser necessariamente associada a uma história intelectual total, que incorpora dinâmicas sociais, intelectuais e políticas em função da organização do espaço. Para além da longa duração e da determinação do espaço, seria preciso incorporar a ideia de que as conjunturas floreiam, resistem, tentam muitas vezes girar o sentido dos movimentos profundos, e se perguntar, como questão fundadora, quais seriam os movimentos lentos que afetam qualquer problema de ordem intelectual. Um avanço da globalização? Um avanço das técnicas? Um movimento crescente de participação popular na conformação dos desígnios científicos? Uma queda lenta das oligarquias e seus efeitos de cooptação sob os intelectuais no Brasil?

Um exemplo de distinção

Vamos abstrair por ora a questão da dialética dos tempos históricos e ficar por um instante na questão da determinação espacial, que nos interessa mais diretamente do ponto de vista da geografia. Para abordar esse ponto, seria necessário dizer que, para a geo-história, a determinação dos espaços é um ponto de partida. Hoje, muitas teses em história da geografia recorrem ao conceito de “ideologias geográficas” (2005 [1988]), de Antonio Carlos Robert de Moares, para abordar o tema da construção da ciência geográfica no Brasil. Não estariam mal orientadas se desejassem fazer uma análise das ideias no âmbito do materialismo histórico.

Moraes formula que essas ideologias geográficas, no Brasil, têm origem em uma inversão importante em relação à Europa. A formação territorial brasileira é condicionada pela seguinte ordem: Estado, território e o país (ou a nação) (MORAES, 2009). Ou seja, no Brasil primeiro se forma o Estado, depois o território e, por fim, o país. Isso teria ocorrido de forma contrária na

Europa: primeiro o país, o território e depois o Estado (MORAES, 2009). Diferentemente da geo-história, para ele, o território está sempre no meio, é sempre um elo. Moraes vê as produções dessas ideologias geográficas como fruto de uma produção *social* do território. Mas ele não tenta responder, até esse momento, em que a existência material desse território, ou existência prévia, ou mesmo física, condiciona a produção social dessas ideias.

Isso estaria em pleno acordo com as formulações marxistas de *A Ideologia Alemã*, para quem a relação entre o Homem e a Natureza é vazia, ou se dá por oposição. O Homem se opõe à Natureza sempre para produzi-la, não há nada nessa relação que seja "natural". Tudo é uma produção social (MARX, 2006 [1969]). Assim, quando se fala da *história intelectual* que Moraes produziu, não se chega a conceber uma virada espacial, que equivaleria a pensar todas as dimensões da vida social, as intelectuais e da cultura, a partir do espaço, por vezes mesmo físico, desde que o exercício da crítica seja arguto.

A partir dessa argumentação, poderíamos dizer que a geo-história é um neo-determinismo. Talvez por isso, abordagens que incorporaram o raciocínio geo-histórico ganharam grande relevância entre os historiadores, os biológicos, os arqueólogos contemporâneos. Diamond (2011 [1997]) fez um movimento para escapar do internalismo do raciocínio sociológico, de explicações ora economicistas, ora moralistas, que se fundavam, por exemplo, na ideia de superioridade do sujeito ocidental em relação ao domínio da natureza para neutralizar o discurso de superioridade moral através da ideia de providência do meio. Os pós-colonialistas destacam-se também nessa crítica da modernidade. Dussel (2005) e Lander (2005) têm textos bastante tributários por vias indiretas das reflexões de Immanuel Wallerstein (2011 [1974]), que, por sua vez, era bastante tributário de Fernand Braudel. É como se o determinismo geográfico tivesse sido uma porta para escapar de outros "determinismos": da economia, da sociologia, ou da "psicoesfera" da modernidade.

Os limites e avanços da geo-história

Finalmente, faz-se *mister* finalizar refletindo, primeiro, sobre os limites desse método, depois, sobre seus avanços. Há um limite que esbarra no tipo de raciocínio que a geo-história adota, ou seja, um raciocínio "neo-kantiano" (FOURQUET, 1989). Nesse raciocínio, a metáfora do homem enquanto organismo – um ser ao mesmo tempo racional, ao mesmo tempo biológico e comunitário - é utilizada em toda a sua inteireza. Há, portanto, uma ambiguidade latente em torno

de uma *evolução progressiva da história* e do *pensamento intelectual* que lhe corresponda, e as *rupturas e choques* que essa evolução passa no encontro entre duas *comunidades, ou dois "sistemas de ideias".*

O raciocínio (organicista) oscila sempre em termos de choques, de adaptações, de trocas, de negociações, de justaposições, vizinhanças, avanços e recuos, ação e reação, em torno de duas ou mais "comunidades de ideias", mas também de coerência interna desses sistemas, evolução e progresso, no interior de um processo de desenvolvimento constante dos recursos intelectuais e das mentalidades, numa utilização ambígua da perspectiva racionalista. Não fica jamais claro o que predomina, se as longas durações se sobrepõem às rupturas *estrondosas* e aos *grandes* choques, ou se essas rupturas e esses choques (abstração se faça às pequenas mudanças, cuja subjugação à estrutura é evidente) poderiam um dia predominar às longas durações, mesmo em circunstâncias excepcionais.

Os limites da geo-história apresentam-se dento dos limites dos sistemas dos grandes paradigmas da ciência moderna. Por exemplo, utilizar-se da geo-história dentro de um escopo essencialmente operativo é falho, pois, como construir planos de intervenção partindo de sistemas de ideias com uma ambiguidade intrínseca em termos de duração e participação dos indivíduos no processo de mudança estrutural? É por isso que a geo-história opera bastante mal a ideia de "ideologia", por exemplo. Mas operá-la em prol da riqueza do raciocínio intelectual possui bem mais matizes e possibilidades. O raciocínio não se simplifica em prol da ação, mas ele não se simplifica jamais.

Considerações Finais

Ao final de sua vida, Fernand Braudel acusou os geógrafos de terem-se deixado seduzir pelo raciocínio sociológico e de terem saltado do legado do determinismo como que abandonando o barco, mesmo que ele estivesse talvez em naufrágio. Um epistemólogo dizia que a epistemologia é um barco que se reconstrói em alto mar. A metáfora não é exagerada, porque Braudel termina sua vida perguntando-se se havia sido ousado. Ao longo de toda a sua trajetória acadêmica, aconselharam-no para que se mantivesse modesto, no interior da história, sem ousadia. "Vocês acham que eu obedeci?"- retruca, revelando o seu ponto de vista sobre sua própria trajetória (DAIX, 1999).

Mesmo assim, não cabe esquecer que Braudel recontou a história de um rei, Felipe II, reformulando no interior de novos paradigmas aqueles que pareciam por demais caducos. Ele então acusa a geografia de deixar o nosso "Felipe II", o espaço físico e geográfico, morrer sem qualquer esforço de salvamento:

> "No entanto, vou sustentar com Etienne Juillard uma querela que peço a ele que não me responda. Muitos geógrafos, entre eles Pierre Gourou, consideramos como vocês, meu querido Etienne, que o espaço contém uma experiência humana muito variável. Então, [vocês] retiram essa experiência e esquecem o espaço. E os acuso de "desespacializar" a história. Pondo as coisas em seu lugar, tenho o sentimento de devolver à Geografia seus antigos direitos, chame-se isso de determinismo ou não. Lucien Febvre em '*A Terra e a Evolução Humana'*, não chegou a uma negação pura e simples do espaço. O 'possibilismo' de Lucien Febvre é um determinismo atenuado, mas, todavia, é um determinismo" (BRAUDEL, 1985, p. 255, tradução da autora).

Na geo-história, o espaço vem antes do tempo e isso não é pouco. Entre o polo das seduções do internalismo sociológico (todos têm seus próprios determinismos) e o polo das seduções dos espaços, seria talvez necessário *reler* a famigerada frase de Vidal de la Blache com olhares mais generosos:

> O historiador é naturalmente assombrado pela preocupação com obras humanas às quais a geografia não se interessa do mesmo modo. Seria sem dúvida absurdo ignorar o homem em geografia mas, muitas vezes, uma frase que usei em outra ocasião, 'a geografia é a ciência dos lugares e não dos homens', implica que se trate dos homens na sua relação com os lugares, ou influenciados por eles, ou modificando-lhes o aspecto. A matéria é, claro, extremamente ampla. O homem é um agente geográfico cuja força não data de ontem (VIDAL DE LA BLACHE, 1914. p. 558, tradução da autora).

A geo-história dos saberes é uma história em que os lugares também produzem ideias.

Referências

ALENCASTRO, L. P. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 523 p.

ANSELMO, R. C. M.S. Geografia e geopolítica na formação nacional brasileira: Everardo Adolpho Backheuser, 2000. Tese (Doutorado em ciências). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP.

ARRAULT, J.-B.. Penser à l'échelle du Monde: histoire conceptuelle de la mondialisation en géographie (fin du XIXe siècle/entre-deux-guerres). Tese de doutorado.Université Paris 1-Panthéon-Sorbonne, Defendida em 11 de Dezmenbro de 2007.

ARRIGHI, G. Adam Smith in Beihing. Lineages of the twenty century. London, New York: Verso, 2007.

AZEVEDO. A. Geografia francesa e a geração dos anos setenta. *Boletim Paulista de Geografia*. n. 50, pp. 7-28. 1976.

BERDOULAY, Vincent. La Formation de L'École Française de Géographie (1870-1914). Paris: Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, Bibliothèque Nationale, 1981.

BLANCKAERT, Cl. La nature de la societé. Organicisme et sciences sociales au XIXème siècle. Paris: L'Harmattan, 2005.

BOURDIEU, P. Science de la Science et reflexivité. Paris: Raison d'agir, 2001.

BRAUDEL, F. Posições da História em 1950. In: BRAUDEL, F. Escritos sobre a História. São Paulo: Perspectiva, 1992. Cap. 2, p. 17-38.

BRAUDEL, F. Une Lécion de História de Fernand Braudel. México: Fondo de Cultura, 1996.

_____. O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

CLERC, P. "La «géographie coloniale » en France », Terra Brasilis (Nova Série) [Online], 8 | 2017, posto online no dia 27 junho 2017, consultado o 03 julho 2018. URL : http://journals.openedition.org/terrabrasilis/2043 ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.2043DAIX, P. Fernand Braudel: uma biografia. Rio de Janeiro/São Paulo: 1999.

DANTAS, A. Monbeig e a noção de complexo geográfico*. Confins*, Paris/São Paulo, n. 7, 2009.

DIAMOND, J. Armas, germes e aço. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2011.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (org). A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 55-70.

FEBVRE, L. (1922). La terre et l'évoltuion humaine. Introduction géographique a l'histoire. Lisboa: Cosmo, 1954.

_____. O Reno. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Problema da Descrença no Século XVI: A religião de Rabelais. Lisboa: Início, 1970.

FERNANDES, F. Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

FOURQUET, F. Um novo espaço-tempo In: LACOSTE [org]. Ler Braudel. São Paulo: Papirus, 1989. Cap. 4, p. 79-96.

LANDER, E. (org). A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LEPENIES, W. As três culturas. São Paulo: 1996.

LIVINGSTONE, D. N. Putting Science in its Place: Geographies of Scientific Knowledge. London,Chicago: The University of Chicago Press, 2004.

MARX, K. A Ideologia Alemã. Feuerbach, A Contraposição entre as cosmovissões materialista e idealista. São Paulo, 2006.

MONTEIRO, C. A. de F.. Uma tentativa de Periodização na Evolução da Pesquisa Geográfica no Brasil a partir de 1934 (cap 1). In: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, A Geografia no Brasil (1934-

1977). Avaliação e Tendências. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, 1980, p. 9-33.

MORAES, A. C. R. Geografia histórica do Brasil. Cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. São Paulo: Annablume, 2009.

MORAES, A. C. R. Geografia: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 2016.

NOVAIS, F. Portugal e Brasil na Crise do Sistema Colonial. São Paulo: Hucitec, 1981.

PEREIRA, S. L. N. Sociedade de geografia do Rio de Janeiro : origens, obsessões e conflitos (1883-1944). 2002. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana, Universidade de São Paulo.

PRADO Jr. Caio. História e Desenvolvimento. São Paulo : Brasiliense, 1989.

SANTOS, M. Por uma geografia nova. São Paulo: Edusp, 2002.

ROBIC, M-C. Des vertus de la chaire à la tentation de le l'action. In: CLAVAL; P. SANGUIN A. L. (dir). La Géographie française à l'époque classique (1918-1968). Paris: L'Harmattan, 1996.

ROBIC, M. -C. L'école française de géographie: formatage et codification des savoirs". In: PELUS-KAPLAN, M. -L.(dir.). Unité et globalité de l'homme. Des humanités aux sciences humaines. Paris: Syllepse, 2006.

SOJA, E. Geografias pós modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUSA NETO, M. F. de. Planos para o Império. Os planos de viação do Segundo Reinado (1869-1889). São Paulo: Alameda, 2012.

VIDAL DE LA BLACHE, P. Sur L'Esprit Géographique. *Revue Politique et Litéraire* (Revue Bleu). nº18, 52e année. Paris: Bureaux de la Revue Politique et Littéraire (Revue Blue) et de la Revue Scientifique, p. 556-560,1914.

WALLERSTEIN, I. The modern world-sistem. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2011.

ZUSMAN, P. Sociedades geográficas na promoção do saber ao respeito do território : estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945). 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo.